

Submissão às sessões ordinárias, área especial: 2: economia agrária e meio ambiente.

## **DO ENGENHO AO AGRONEGÓCIO: a produção canavieira no Brasil e a dependência em Marini**

Claudilene da Costa Ramalho<sup>1</sup>

Renata Couto Moreira<sup>2</sup>

**Resumo:** A teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini é uma contribuição importante para compreender a economia política latino-americana em uma perspectiva crítica de análise. Neste artigo as autoras buscam desvelar a partir desta teoria contradições presentes na produção canavieira do Brasil. Concluem que, na atualidade, estas contradições vêm se acirrando devido à expansão do agronegócio, recolocando a atividade sucroalcooleira como a principal pauta de exportação brasileira, assegurada pela superexploração de seus trabalhadores e pela perpetuação da condição de dependência do país em sua inserção na divisão internacional do trabalho. Nesta lógica de acumulação o Estado exerce função fundamental favorecendo à submissão de relações de superexploração os cortadores de cana brasileiros.

Palavras chave: teoria da dependência, superexploração, agroindústria canavieira.

Código JEL: O13

**Abstract:** *The Rui Mauro Marini marxist theory of dependence is an important contribution to understand the latinamerican political economy in a critical perspective. In this paper the authors attempt to reveal from this theory the contradictions presents in sugarcane production in Brazil. Conclude that, in actuality, this contradictions have been intensifying due to the expansion of agribusiness, replacing the sugarcane activity as the main Brazilian exports, ensured by overexploitation of its workers and the perpetuation of the status of dependent country on its insertion in the international division of labor. In this accumulation logic the State exercises fundamental function promoting to the submission of relations of overexploitation, the Brazilian cane cutters.*

*Palavras Chave: dependece theory, overexplotation, sugarcane industry*

*JEL code: O13*

---

<sup>1</sup> Mestranda e bolsista CAPES do programa de pós-graduação em Política Social na Universidade Federal do Espírito Santo. Email: kaucostar@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora Adjunta do programa de pós-graduação em Política Social e do departamento de economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: renata.moreira@ufes.br

## 1. Introdução

A produção agrícola no Brasil historicamente esteve atrelada aos interesses do grande capital legitimado pelo Estado, definindo qual atividade produtiva e quem seria a mão de obra mais interessante, a forma como seria dividida e usada a terra e para quem seria direcionada a produção do Brasil. Nesse sentido, a produção canavieira está relacionada diretamente aos interesses hegemônicos do grande capital interiorizados pelos países dependentes latino americanos, influenciando a formação social e econômica brasileira. Convém ressaltar ainda que, a cana de açúcar não é nativa do Brasil, mas trazida da Índia, sendo imposta a sua exploração comercial no período colonial, conforme a necessidade dos países Europeus (STEDILE, 2005).

Dentro dessa lógica a produção canavieira inicia-se no Brasil nos Estados de Pernambuco e da Bahia no período da colonização portuguesa no século XVI, mantendo-se em consonância com o sistema capitalista, em sua fase comercial mercantilista. Fernandes (1973) ressaltava que a incorporação da América Latina no capitalismo se deu de forma dependente economicamente, culturalmente e politicamente dos países capitalistas hegemônicos. Isso mostra que a produção canavieira e o incentivo dado por Portugal à implantação dos engenhos no Brasil não é uma escolha aleatória, mais objetiva atender aos interesses da acumulação capitalista comercial dos países hegemônicos na divisão internacional do trabalho estabelecida.

Na atualidade percebemos de acordo com Mancio; Moreira (2012) um processo de reprimarização da economia que se expressa na exportação de *commodities*, especificamente de produtos minerais e agrícolas, financiada pelo Estado. A produção canavieira tem um papel expressivo nesse processo e se encontra embasada na expansão do agronegócio e utilização da superexploração do trabalho, como forma de compensar a transferência de valor para os países centrais.

Desta forma, a compreensão da teoria marxista da dependência nos possibilita perceber nuances da questão agrária<sup>3</sup> brasileira, mais precisamente o papel do setor sucroalcooleiro no processo de acumulação do capital e na reafirmação da dependência latino americana, sendo este o objetivo geral do estudo. Para tanto, pretende-se analisar o papel que o Brasil exerce na divisão internacional do trabalho, sob a hipótese de ser este subordinado aos interesses hegemônicos dos países centrais numa relação dialética de dependência e exploração, desenvolvimento e

---

<sup>3</sup>Conforme Stedille (2005, p.15;16) “ a questão agrária é um conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”. Sendo entendida como uma particularidade da questão social, de acordo com Sant’ana (2005).

subdesenvolvimento, tendo como espaço privilegiado de análise a produção canavieira brasileira. Nesse sentido, este trabalho está organizado em três seções além desta breve introdução. Em primeiro momento aprofundou-se o estudo dos principais conceitos da teoria da dependência em Marini (2005) essenciais para a análise pretendida, em segundo, buscou-se a partir do entendimento da centralidade da teoria da dependência no estudo da questão agrária no Brasil, debater o desenvolvimento da produção canavieira. Em um terceiro momento é abordada a modernização da agroindústria canavieira, ressaltando o aprofundamento da dependência com o agronegócio e a superexploração do trabalho intrínseco à sua lógica, assim como o papel do Estado nesta concepção.

É importante deixar claro que estas reflexões não servem apenas para o Brasil, mas também para a América Latina como um todo, reforçando que embora cada país latino americano tenha suas particularidades individuais, tem-se em vista a perspectiva da totalidade na qual há muito em comum. A teoria da dependência marxista na análise do processo de acumulação capitalista considera que os países latinos foram incorporados na divisão social internacional do trabalho de forma dependente, dependência essa que vem se aprofundando na atualidade.

## **2. A dependência em Marini: das trocas desiguais à superexploração do trabalho**

Parte-se do pressuposto, nesta análise guiada por Marini (1973) que a história do capitalismo na América Latina carrega algumas especificidades em relação à forma pura do modo de produção capitalista. Assim, para compreendermos os contornos que o capitalismo teve na América Latina é importante entendermos que o capitalismo é um “sistema em conjunto, tanto em nível nacional, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2005; p.138.), ou seja, o seu funcionamento é dado cada vez mais de forma global e integrada.

Nesse sentido a estrutura econômica estabelecida na América latina é resultado da expansão do capitalismo comercial do século 16, tornando-se colônia de exploração diretamente de Portugal ou Espanha e indiretamente dos demais países capitalistas europeus principalmente Inglaterra e Holanda. Inicialmente foi atribuída à América Latina a função de contribuir com o “fluxo de mercadorias e com a expansão dos meios de pagamento” (MARINI, 2005; p.140.). Permitindo assim, que se desenvolvesse na Europa o capitalismo comercial e usurário e possibilitando a criação da grande indústria.

Marini (2005) relaciona a Revolução industrial dos países centrais com o período de independência política das colônias da América Latina, no século 19. Para ele, tendo em vista a formação demográfica e administrativa construída no período colonial, emerge-se um conjunto de países controlados diretamente pela Inglaterra. O autor ressalta que;

[...] ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e -quando a exportação supera as importações- de dívidas. (MARINI, 2005, p.140)

Desta forma, os países latinos americanos se estruturam após a independência política em torno dos interesses ingleses de expansão dos mercados para a exportação de suas mercadorias e de capitais. Essa estrutura de submissão aos interesses do mercado mundial permanece até a atualidade, sendo expressa pela subordinação dos países latino-americanos a uma relação internacional de dependência econômica, social e política. Nas palavras de Galeno (2010):

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Este já não é o reino das maravilhas, onde a realidade derrotava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus das conquistas, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os. (GALEANO, 2010, p.17)

Nesse sentido, para Marini (2005) a dependência é resultado dos antecedentes da América Latina, conforme Galeano (2010) mostrou, do processo histórico onde todos os países latinos americanos foram colônias de exploração de Portugal ou da Espanha, dominando e determinando a sua produção destinada ao mercado externo, mediado pela relação metrópole e colônia, dependendo assim sua produção das necessidades da metrópole.

Assim apesar da independência política, os países Latino Americano continuaram e aprofundaram sua dependência. Sem negar a submissão econômica da colônia à metrópole ou da colônia com os interesses do mercado mundial, mas afirmando que a independência política perpetuou a dependência econômica e cultural dos países latinos aos grandes centros capitalistas, pois como será evidenciado não foi possível suprimir as relações de produção que estão entrelaçadas a essa dependência. Assim, “as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a Divisão Internacional do Trabalho que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região” (MARINI, 2005, p.141). Ou seja, é a divisão social do trabalho que definirá a importância também no caso da produção canavieira, se continuará ou não sendo central para os interesses externos, causando avanços e recuos nesse setor. Desta forma, a dependência para Marini (2005) é:

[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2005, p.141).

Essa relação de subordinação da América Latina tem um papel central na formação da economia capitalista mundial, principalmente na criação da grande indústria moderna. Ficando nesse processo os países dependentes com as funções de oferecer produtos de subsistência agropecuária e matéria prima farta para os países centrais. Foi um sucesso a forma com que a América Latina cumpriu sua primeira função, pois possibilitou que os países centrais se especializassem na atividade industrial e que a sua população se liberasse em grande medida da função de produzir alimentos, ficando a disposição dos capitalistas nas cidades para alavancar a industrialização e, formando assim a classe operária europeia. É possível perceber a partir de Marini (2005) que foi essa relação de dependência latina americana que permitiu, “aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas” (MARINI, 2005; p.143). Sendo que esta função de oferecer matéria-prima farta voltada para o processo de produção é para Marini (2005) a relação mais duradoura entre América Latina e países centrais, e permanece mesmo depois de ter alcançando um novo estágio na divisão internacional do trabalho. Desta forma, a sua relevância cresce conforme se aprofunda o desenvolvimento do capitalismo, permitindo a consolidação da grande indústria.

Essas funções cumpridas, além de facilitar o crescimento quantitativo do capitalismo contribuíram para uma mudança qualitativa da exploração do trabalho, ou seja, a produção nos países centrais deixa de ser fundada na mais valia absoluta (aumento da jornada de trabalho) e passa a incorporar também uma massa de mais valia relativa (diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho, aumentando consequentemente o tempo de trabalho excedente). Em contrapartida a América Latina aumenta o nível de exploração dos seus trabalhadores, se configurando um processo de acordo com Marini (2005) de acumulação baseado na superexploração do trabalho, sendo essa a base da dependência foco desta pesquisa.

Nesse processo Marini (2005) deixa claro que embora ocorra o aumento da capacidade produtiva do trabalho a “mais valia relativa está relacionada à desvalorização dos bens salários, mas não necessariamente a produtividade do trabalho” (MARINI, 2005; p.146). Além disso, como o salário é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção e reprodução do trabalhador e de sua família, a sua desvalorização na Europa teve a contribuição da América Latina no oferecimento de forma farta e barata de alimentos para a classe trabalhadora europeia. Desta forma, conforme o preço dos produtos de subsistência dos trabalhadores é diminuído, reduz-

se também o tempo de trabalho necessário e aumenta-se o tempo de trabalho excedente e os lucros dos capitalistas.

Ao mesmo tempo com o aumento da capacidade produtiva do trabalho passa-se a requerer uma quantidade maior de matérias primas, no entanto com um preço relativamente baixo para possibilitar a lucratividade do capitalista, cumprindo conforme já foi citada, a América Latina também a função de oferecer matéria prima farta e barata aos países centrais.

Para Marini (2005; p.149) “o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias primas tem sido acompanhado da queda dos preços desses produtos, relativamente aos preços alcançados pelas manufaturas”, associado às diferentes composições orgânicas entre os setores que se distribuem de forma heterogênea entre os países levam a um processo de trocas desiguais. Este, como citado, está intrinsecamente associado às diferentes composições orgânicas do capital entre os diferentes países, o que transfere valores produzidos nos países de menor composição para os de maior composição, no processo tendencial de dissimulação do valor em preços de produção. Neste, na concorrência entre os capitais, e na dinâmica de mobilização e imobilização destes entre os distintos setores produtivos, haverá uma tendência no longo prazo de equalização das suas taxas de lucro, que se dará via transferências de valor. Nesta relação entre setores/países com diferentes composições, a saída que as economias dependentes encontrarão será via ganhos de escala e superexploração do trabalho, como mecanismos de compensação das desigualdades nas suas trocas comerciais. Com isso a América Latina exporta matérias primas e alimentos produzidos em setores com baixa produtividade do trabalho para os países centrais e importa deles manufaturas industrializadas em modernos setores altamente tecnificados e de elevadas produtividades, já que o controle da divisão internacional do trabalho continua sob o jugo das nações capitalistas hegemônicas. Este é o mecanismo de transferência de valores, visto que nos primeiros, associados a composições orgânicas menores produzem, portanto mercadorias com mais valor, que necessariamente serão vendidas por preços abaixo do seu valor no mecanismo de transformação dos valores em preços de produção. Este mais valor produzido será apropriado pelos últimos, pelos maiores preços relativos que obterão associados a seus produtos, que aparecerão acima do menor valor que produziram.

No entanto, mesmo sendo prejudicial para as classes dominantes da América Latina, esse processo não desanimou sua incorporação na economia internacional, na qual, essa contradição foi resolvida com a incorporação do latifúndio à agricultura e a superexploração de sua força de trabalho. Ou seja, os proprietários dos capitais nos setores de menor composição orgânica compensaram seus prejuízos nas trocas desiguais pelo monopólio sobre o uso das terras e por maior exploração dos trabalhadores latino-americanos, “seja através do aumento da intensidade do

trabalho, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, ou combinando os dois procedimentos.” (MARINI, 2005; p.153).

É importante ressaltar que o aumento da intensidade do trabalho não ocorreu como nos países industriais com o desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho, além disso, outra contradição que há no desenvolvimento do capitalismo na América Latina é que houve uma diminuição, na quantidade de bens necessários para a reprodução da subsistência do trabalhador. Ou seja, diferente dos países capitalistas centrais que para ampliar a exploração da força de trabalho seja da mais valia absoluta seja da relativa, por meio do barateamento dos meios de subsistência do trabalhador e do desenvolvimento das capacidades produtivas do trabalho, na América Latina ocorreu o aprofundamento da exploração via intensificação do trabalho, extensão da jornada de trabalho e a diminuição ou expropriação dos bens necessários para reposição da força de trabalho, causando o atrofamento da mesma e em contrapartida ocorreu um baixo nível de desenvolvimento das capacidades produtivas. É neste sentido que a categoria superexploração merece sua centralidade nas análises sobre o processo de desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos.

Este quadro está relacionado conforme Marini (2005) com as atividades as quais os países latinos americano desempenham na mineração e na agricultura, já que as mesmas, não precisam como na indústria moderna necessariamente aumentar o capital constante<sup>4</sup> e as capacidades produtivas para aumentar os lucros, mas a ampliação da lucratividade ocorre fundamentalmente no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, no qual não se garante nem mesmo o pagamento de seu próprio valor, quanto mais os valores que ela produz. Resultando de acordo com Marini (2005) em um esgotamento prematuro da força de trabalho, já que não ocorre uma reposição do desgaste da mesma, possibilitando transferências da mais valia produzida na América Latina para os países centrais. Assim com a combinação desses três fatores, intensificação da exploração, extensão da jornada de trabalho e expropriação dos meios de subsistência do trabalhador expressam que nos países dependentes “o trabalhador é remunerado abaixo do seu valor e corresponde, portanto, a uma superexploração do trabalho.” (MARINI, 2005; p.157).

Essa superexploração do trabalho que causa o desgaste e a morte de muitos trabalhadores, não se torna um empecilho para o capitalismo pela grande disponibilidade de mão de obra excedente nos países dependentes e pela configuração estabelecida na divisão social do trabalho. Os produtos produzidos nos países dependentes não serão para o consumo de seus próprios

---

<sup>4</sup> De acordo Marx (1996) no cap. XXIII do Capital, o capital constante é o valor dos meios de produção (matérias primas e meios auxiliares).

trabalhadores, se realizam nos mercados dos países centrais, independente do desenvolvimento dos mercados internos nos países periféricos. Diferente da forma como o capitalismo se desenvolveu na Europa, com base na constituição de vastos mercados internos de produtos e trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho, este descolamento das esferas de produção e consumo cria espaços para ampliar o processo de superexploração dos trabalhadores latino-americanos já que o sistema não depende destes para a venda de suas mercadorias como discutem Stédile e Traspadini (2005).

Para Mancio e Moreira (2012)

Portanto desenvolvimento e subdesenvolvimento se apresentam como processos indissociáveis numa relação dialética. Ou seja, as economias centrais se desenvolvem às custas do subdesenvolvimento das economias periféricas, através de mecanismos de transferência de valores periferia – centro. (MANCIO; MOREIRA, 2012; p.02).

Nessa relação dialética, onde o subdesenvolvimento é resultado do desenvolvimento, há um aprofundamento da dependência da América Latina, pois para manter os países desenvolvidos nessa condição cada vez mais há uma espoliação das riquezas que resulta em uma transferência de valor da América Latina para os países desenvolvidos.

Marini analisa o movimento da formação do capitalismo dependente, da “circulação á produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para recolocar o problema da circulação.” (MARINI, 2005; p.161). Desta forma, a América Latina cria seu próprio modo de circulação dependente da reprodução ampliada do capital em escala mundial, sendo determinado o seu caráter e sua expansão de acordo com os interesses do mercado mundial, baseado entre outros mecanismos, na superexploração do trabalho, sendo isso possível somente, por que a produção é voltada para a exportação, sacrificando assim, o consumo individual dos trabalhadores.

Desta forma, de acordo com Marini (2005) como a América Latina nasce para atender aos interesses dos países centrais e sua produção é destinada a exportação e não ao consumo interno, é separado o processo de produção do de circulação de mercadorias, não interferindo o consumo do individual dos trabalhadores latinos no seu processo de produção, embora interfira na determinação da taxa de mais valia.

De acordo com Marini (2005), diferentemente dos países centrais que no período de generalização do consumo de manufaturas, com a ampliação do consumo popular criou-se não só o assalariado a partir da separação do trabalhador dos meios de produção, mas também um consumidor, andando juntas as esferas de produção e circulação. Nos países dependentes como a



maior parte da produção é destinada a exportação, ocorre uma separação das duas esferas produção e circulação. Sendo uma do consumo dos capitalistas (classe média e alta) e a outra dos trabalhadores, garantindo a importação dos manufaturados dos países centrais completando a relação de dependência e a relação de superexploração do trabalho, principalmente porque a América Latina é incorporada na Divisão Internacional do Trabalho não para atender suas exigências, mas para atender uma demanda já existente.

Assim pouco importa o consumo dos trabalhadores para o mercado interno, sendo o maior objetivo é a exportação e o aumento do consumo das classes altas e médias. Além disso, mesmo incorporando uma maior composição orgânica do capital no período de industrialização da América Latina, onde se aumentou a produtividade no trabalho por meio do incremento de modernização técnica organizacional, permanece inalterada a superexploração do trabalho, diferentemente dos países centrais onde com o aumento da produtividade ocorreu uma mudança da exploração fundada apenas na mais valia absoluta para incorporar a relativa. Para melhor entendermos esse processo de industrialização latino americano, Marini (2005) ressalta que:

Na medida em que avança a industrialização latino americana, altera-se a composição de suas importações por matérias primas, produtos semi elaborados e maquinário destinado para a indústria. (MARINI, 1973, 173)

Desta forma, as configurações assumidas na economia internacional sob a égide estadunidense a partir de 1950 são responsáveis por esse modelo de industrialização dos países dependentes financiado pelo capital estrangeiro.

Essa importação de capital estrangeiro não pode ser considerada um mero acaso, mas é resultado da concentração de capitais nos países centrais que impõe a necessidade de suas grandes corporações imperialistas aplicarem sua abundância de capitais, priorizando devido a maior lucratividade os setores industriais das periferias. Essa maior lucratividade em grande medida é proporcionada pela superexploração do trabalho, favorecida pelo enorme exército de reserva, e pela abundância de recursos naturais e disponíveis na América Latina. De acordo com Marini:

Seja como for, no momento em que as economias industriais dependentes, vão buscar no exterior o instrumental tecnológico que lhes permita acelerar seu crescimento, elevando a produtividade do trabalho, é aqueles também em que, a partir dos países centrais, têm origem importantes fluxos de capital que se direcionam para eles, fluxos que lhes trazem a tecnologia requerida (MARINI, 2005; p.175).

No entanto, é importante deixar claro que o incremento de tecnologias embora possibilitasse elevar a produtividade no trabalho, permaneceu o processo da superexploração do trabalho, pois o

trabalhador continua a ser remunerado abaixo do valor de sua subsistência e o setor agrícola e manufatureiro de baixa tecnologia incorporada continuou a ter papel predominante na reprimarização da pauta de exportações destes países e na acumulação do capital em escala mundial. Assim na atualidade percebe-se dentro da perspectiva da Divisão internacional do trabalho, de acordo com Mancio e Moreira (2012) que ocorreu o aprofundamento da dependência dos países da América Latina, abortando a diversificação na produção iniciada em 1950 e sendo impostos uma forte especialização na produção de *commodities* e bens primários em geral.

Outra questão importante de ser pontuada, embora não seja aprofundada nesse texto, é o papel exercido pelo Estado nos países dependentes, que historicamente esteve em consonância aos interesses dos países centrais. O Estado nos países dependentes nessa nova etapa da divisão internacional do trabalho cumpriu o papel de possibilitar o livre acesso do capital “(por meio da ampliação de aparatos burocráticos, da subvenção aos produtores e do financiamento ao consumo supérfluo), dentre outros” (MARINI, 2005; p.177).

Este processo deliberadamente incentivado pelo Estado avança em consonância com os interesses dos países centrais, financiado em grande medida pelo capital estrangeiro, e pelo endividamento público. Nesse sentido Mancio e Moreira (2012) mostram que o direcionamento dos investimentos atuais e futuros do Estado brasileiro via Banco Nacional de Desenvolvimento-BNDES, estão voltados ao mercado de *Commodities* (mineração, petróleo, alimentos, setor sucroalcooleiro, etc). Os autores ressaltam ainda que o BNDES é o segundo maior banco do mundo e que esse direcionamento de investimento tem como resultado o processo de reprimarização da economia brasileira e do aprofundamento da relação de dependência. Ficando de acordo com Marini (2005) o capital estrangeiro responsável por comandar o financiamento, comercialização e produção nos países dependentes com objetivos transferir por meio de operações financeiras parte dos lucros conseguidos nos países dependentes para os países centrais. Desta forma, a condição de dependência da América Latina na atualidade não só permanece, mas vem sendo aprofundada, assim como podemos perceber na agricultura brasileira e especificamente na produção canavieira do Brasil, objeto deste estudo. Assim, na agricultura brasileira, o setor sucroalcooleiro é um dos setores que fazem parte da pauta de exportação que vem tendo um crescimento de investimento público e privado com fortes influências sobre o processo de reprimarização por meio da expansão do agronegócio<sup>5</sup>. Desta forma, esse setor que historicamente é umas das atividades econômicas de

---

<sup>5</sup> Para STEDILE (2010) Em resumo pode-se dizer que o capital e seus proprietários-capitalistas, representados pelos grandes proprietários de terra, bancos e empresas nacionais e transnacionais, estão aplicando em todo mundo, o chamado modelo de produção do agronegócio (*agribusiness*) que se caracteriza sucintamente, por: organizar a produção agrícola na forma de monocultivo (um só produto) em escalas de áreas cada vez maiores voltadas para a exportação de *commodities*. Uso intensivo de máquinas agrícolas e insumos químicos, em escalas cada vez maiores, expulsando a mão-de-obra do campo. (STEDILE, 2010, p.53)

grande importância para o Brasil, tendo a superexploração do trabalho e a relação de dependência nos termos de Marini (2005) o papel de colocar na atualidade o país na posição de maior exportador de açúcar do mundo e com um grande potencial na produção de biocombustíveis, como a análise irá apresentar a seguir.

### **3. O modelo de Desenvolvimento da Agricultura: a produção canavieira e o engenho na história do Brasil**

Os modelos de desenvolvimento da agricultura foram determinados historicamente nos países dependentes pelas necessidades dos países centrais, já que a produção de alimentos e matérias-primas cumpriu uma etapa muito importante no mercado mundial. Nesse sentido, o modelo de produção agrícola que mais se adequava aos interesses do capital internacional a ser implantado no Brasil foi o modelo de produção chamado agroexportador<sup>6</sup> combinado com modelo de organização das unidades produtivas, denominado *plantation*<sup>7</sup>, ressalta Stedile (2005).

A *plantation* por ser baseada na monocultura para exportação e trabalho escravo, predominou no Brasil até abolição dos escravos em 1888, gerando várias consequências para o desenvolvimento econômico, ambiental e social do país. A crise deste modelo ocorreu por não estar mais condizente com os interesses dos países centrais, substituindo-se a mão de obra escrava pela assalariada. Já o modelo agroexportador teve sua crise, de acordo com Stedile (2005), iniciada com a interrupção do comércio entre América e Europa, no período da primeira Guerra Mundial de (1914-1918), aprofundando-se a partir de 1930 devido às novas configurações políticas e institucionais do Brasil. Resultou na subordinação econômica e política da agricultura à indústria, sendo implantado o modelo industrial conforme os interesses dos países centrais. Este novo modelo não mexeu na estrutura agrária brasileira e permaneceu a produção agrícola voltada para a exportação, no entanto, oligarquias agrárias perderam o seu domínio político para a burguesia industrial. Para Stedile (2005):

O modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e Estados Unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente. (STEDILE 2005, 28/29)

---

<sup>6</sup> O modelo agroexportador é um modelo de produção, sob a égide das leis capitalistas, voltado a produção apenas de produtos agrícolas e minerais para abastecer o mercado Europeu (STEDILE, 2005; 20).

<sup>7</sup> *Plantation* é uma palavra de origem inglesa e significa a forma como foi organizada a produção agrícola de açúcar nas colônias de exploração, praticando a monocultura, destinado a exportação e utilizando a mão de obra escrava. (STEDILE, 2005; p.21)

Este período marca o ingresso do Brasil, enquanto país dependente, em uma nova etapa na divisão internacional do trabalho. Etapa essa, de acordo com Marini (2005), que marca a transferência de etapas inferiores do capitalismo dos países centrais para a América Latina. Nesse sentido para atender aos interesses dos países centrais, surge de acordo com Stedile (2005; p. 29) “um setor da indústria vinculado á agricultura,” voltada à produção de insumos, ferramentas, máquinas, etc, para a agricultura. E “outro, chamado agroindústria,” com o objetivo de beneficiamento de produtos agrícolas. Diante disso, percebe-se que a agricultura brasileira foi marcada pela dinâmica das grandes lavouras, e não pelo chamado setor de subsistência, justamente por a produção agrícola no Brasil ser inicialmente baseado na “grande propriedade de terra, trabalho escravo e monocultura destinada ao comercio externo” (DELGADO, 2004; p. 51). Observa-se ainda, que a agricultura se configura desde a época colonial, no modelo econômico mercantil, a cultura da cana de açúcar é um dos marcos do desenvolvimento da expansão da agricultura que constituiu a estrutura da concentração de terras para as grandes plantações e a ascensão dos grandes latifundiários. Para Prado Junior (1994)

Durante mais de século e meio a produção do açúcar, com as características assinaladas, representava praticamente a única base em que se assentava a economia brasileira. Alias sua importância, mesmo internacional, é considerável. Até o século XVII o Brasil será o maior produtor mundial de açúcar [...] (PRADO JUNIOR, 1994, p.38 - 39 ).

Desta forma, reafirma-se que a produção do açúcar no Brasil, esteve historicamente submetida ao mercado externo, sendo a agroindústria canavieira um campo privilegiado para a efetivação e expansão da monocultura açucareira e tem suas raízes na instalação dos engenhos<sup>8</sup> de acordo com Iamamoto (2006). Conforme Fernandes (1973) anterior ao fim da colonização portuguesa o lucro da produção açucareira era totalmente voltada ao mercado externo, o que nos mostra nos dados abaixo:

o açúcar brasileiro, o senhor de engenho retinha o lucro de 12 a 18%; a coroa absorvia de 25 á 30%, os mercadores holandeses ficavam com o restante do lucro e ainda tinha outras vantagens relacionadas ao financiamento da produção, refinação e comercialização no mercado europeu. (FERNANDES; 1973, p.97)

Assim, quem detinha a maior fatia do lucro na produção canavieira brasileiro, portanto, eram os países desenvolvidos, além de ficar com a maior parcela do lucro na produção, ainda era responsável pelo financiamento e comercialização do produto no mercado Europeu, reforçando a subordinação da produção canavieira aos interesses do grande capital internacional.

---

<sup>8</sup> Segundo Prado Junior engenho é a fabrica propriamente, onde se reúnem as instalações para manipulação da cana e o prepara do açúcar. O nome engenho estendeu-se depois as fabricas para o conjunto da propriedade com suas terras e culturas. (PRADO; 1994).

Ressalta Fernandes (1973) que, com o fim do modelo de dominação colonial após a independência do Brasil em 1822 surge à segunda forma de dominação externa, exercendo os países europeus principalmente a Inglaterra o controle da importação e exportações na América Latina. Um dos fatores que facilitou essa dominação externa ocorreu porque as ex-colônias não possuíam ou não eram permitidas historicamente de desenvolverem condições de produzir os bens que eram importados.

Esse dado é comprovado dentre vários documentos da época apresentado por Benjamin (2002) principalmente pelo Decreto de 05 de janeiro de 1785, assinado pela Rainha Dona Maria, de Portugal que diz: “Eu, a Rainha, [...] hei por bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas ou teares de galões, de tecidos [...] sejam extintas e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil” (BENJAMIN, 2002, p.18). Já Galeano (2010) nos mostra que a Coroa portuguesa proibiu o funcionamento de refinarias de açúcar em 1715, sendo declarado crime em 1729 a abertura de novas vias de comunicação na região de mineração, e em 1785 foi determinado que fossem incendiados os teares e fiadores brasileiros. Isso nos faz perceber o quanto à dependência atual do Brasil está vinculado à forma como se deu a nossa inserção no mercado mundial.

Para Marini (2005) o surgimento da grande indústria moderna nos países desenvolvidos não haveria acontecido se não houvesse os países dependentes. Já que o desenvolvimento industrial requer uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, permitindo a especialização de parte da sociedade na atividade industrial.

Nesse sentido de acordo com Prado Junior (1994) a produção canavieira brasileira iniciou com total dependência do mercado externo, entra em crise nos fins do sec. XVIII, com o aumento dos preços do escravo, fim do tráfico negreiro, concorrência com a lavoura cafeeira, sendo agravada crise por ser superado pelo açúcar de beterraba e pelas medidas políticas tomadas pelos principais mercados consumidores Estados Unidos e Europa de proteção tarifária e financiamento em favor do açúcar produzido nas Antilhas. Diminuindo a exportação do açúcar brasileiro de 133.000 t. entre 1831 – 1900 para 40.000 t. entre 1931-1940, estando relacionada essa diminuição também, com a cota que limitava a exportação do açúcar brasileiro á 1,6% do açúcar mundial, fixada na Conferência Internacional de Londres em 1937.

A cultura açucareira nesse período foi superada no Brasil em importância na exportação do café, o algodão, a mineração, e outros produtos, principalmente devido à concorrência com o açúcar feito à base de beterraba e com o açúcar das Antilhas. De acordo com Prado Jr. (1994) que foi perdido os países Europeus e os Estados Unidos que eram os grandes consumidores de açúcar

brasileiro, agravando a crise da produção açucareira brasileira. Mesmo assim afirma Prado Jr. (1994), o açúcar sempre se manteve entre os principais produtos de exportação do Brasil e como quase única atividade econômica de algumas regiões do país.

As primeiras tentativas de modernização dessa produção no Brasil, ocorreu através da política de implantação dos "engenhos centrais"<sup>9</sup>, baseados nos princípios da divisão do trabalho, na qual caberia ao capital estrangeiro dedicar-se à atividade industrial e aos proprietários fundiários brasileiros cuidar do cultivo da cana, segundo Iamamoto (2006). Esta tentativa foi mal sucedida no nordeste por que contrariava aos interesses dos senhores de engenho e incentivava a separação da produção agrícola e industrial, subordinando diretamente os agricultores aos interesses da agroindústria pelo capital internacional, circunstância em que os senhores de engenho passariam a ser mero fornecedor de cana, ampliando a dependência para as relações de produção no país.

Ressalta Prado Junior (1994) que:

A maior parte dos engenhos se instalou com todos os aperfeiçoamentos da época. Apesar disto, não foi grande seu sucesso. Atribuiu-se o fato e provavelmente com razão, à irregularidade do fornecimento da cana. As antiquadas e rotineiras lavouras não mantinham um ritmo de produção compatível com as necessidades do processo industrial. E não tardou, portanto que os engenhos centrais comesçassem a suprir as falhas do fornecimento com produção própria. (PRADO JUNIOR, 1994, p.247). É importante compreender o processo histórico da substituição dos antigos engenhos pelas usinas, pois é neste momento a produção canavieira se desenvolveu, instalando novas “usinas” e a transição da manufatura à grande indústria no setor canavieiro, constituindo desta forma a agroindústria canavieira.

Nesse sentido Marini (2005) nos alerta que no Brasil, mesmo sendo significativa a industrialização no seio da economia exportadora, não se alterou qualitativamente o desenvolvimento do país, permanecendo a superexploração do trabalho. Desta forma, a agroindústria canavieira que surge nesse período de industrialização brasileira, continuou a ser subordinada a produção para exportação, embora no período de crise do setor perceba-se um crescimento do mercado interno e uma retração nas exportações, tendo o Estado um papel central na retomada da expressividade da exportação da produção canavieira no Brasil.

#### **4. A modernização da agroindústria canavieira: o agronegócio e o papel do Estado brasileiro no aprofundamento das relações de dependência.**

A modernização da agroindústria canavieira foi patrocinada em grande parte por incentivos do Estado, que nos anos 1930 intensificou sua intervenção. De acordo com Iamamoto (2006), esta

---

<sup>9</sup> Os engenhos centrais eram grandes unidades destinadas a moer a cana de um conjunto de propriedade. Os incentivos eram concedidos pelo governo e por auxílios financeiros o mesmo iniciou-se com capital inglês em 1870. Prado Jr; (1994).

intervenção foi possível, através da criação de diferentes órgãos de poder no aparelho do Estado, entre os quais o Instituto do Açúcar e Alcool – IAA<sup>10</sup> que teve como função controlar a produção destes produtos em todo o país e do PROACCOOL<sup>11</sup> que será aprofundado a seguir.

Desta forma, com a:[...] a introdução da lógica industrial na produção de alimentos, surge a agroindústria, como forma de processá-los e conservá-los. Os agricultores deixam de produzir alimentos e passam a produzir apenas matéria-prima a serem fornecidas para as empresas agroindustriais (STÉDILE, 2005, p. 276).

Esse surgimento da agroindústria canavieira pode ser relacionado com o período citado por Marini (2005) em que ocorre uma redefinição na divisão internacional do trabalho, em que são transferidas para a América Latina etapas inferiores da produção industrial, período este em que aumenta o fluxo de capitais estrangeiros das grandes corporações para os países dependentes. Havendo uma alteração da composição das importações e exportações mundiais e brasileiras.

Prado Junior (1994), pontua ainda que os efeitos da crise e do pós-guerra são caracterizados pela insatisfação dos principais centros consumidores, e pela crise do café que criou as condições necessárias para a expansão da produção de açúcar em regiões que anteriormente o importava do Nordeste. O resultado desse processo foi à transferência do eixo da agroindústria canavieira para os Estados do sudeste, principalmente São Paulo, uma transferência que só chegou a se consolidar na década de 1950. A expansão da agroindústria canavieira, principalmente em São Paulo resultou na ocupação de “terras anteriormente destinadas ao cultivo do café, mantendo a estrutura fundiária vigente e, aos poucos reforçando sua concentração e tornando o estado de São Paulo o maior produtor de açúcar do Brasil” de acordo com (SANTOS, 2009; p.27). Sendo essa transferência de eixo financiada pelo Estado. Conforme Fleury (1987)

O primeiro fator é que a intervenção do Estado garantiu decisivamente para a definição da mudança do pólo hegemônico da economia canavieira das regiões Norte- Nordeste para as regiões do Centro- sul do país. O segundo foi o PROÁLCOOL que transformou-se em importante mola propulsora do setor não só pelos incentivos econômicos imediatos de créditos subsidiados, como também pelos empresários capitalistas. (FLEURY, 1987, p. 72)

Além disso, o processo de transição e expansão da agroindústria canavieira no mercado interno é norteado pelo investimento das empresas estatais, da burguesia nacional e do capital

---

<sup>10</sup> O IAA é o programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira. Esse programa modificou substantivamente a política de intervenção no setor, objetivava reformular a política açucareira, aumentando a produtividade do setor, e reduzindo os seus custos. O recurso utilizado era o estímulo às unidades industriais dotadas de maior capacidade. (HEREDIA, 2008, p.58).

<sup>11</sup> De acordo com Iamamoto (2006) O Proálcool é o Programa Nacional do Alcool que propõe a substituição da gasolina por etanol, estreitamente articula à crise energética, devido às altas do preço do petróleo em 1973 a 1974. Além de assegurar um mercado seguro e crescente para o álcool e abrir campo ao mercado internacional do açúcar. Permitiu não só a expansão da cultura canavieira como a sustentação econômica do setor. Na realidade o Proálcool foi desde o início um programa para os grandes usineiros.

estrangeiro de acordo com Iamamoto (2006). É necessário pontuar ainda, que depois do período de 30 e 1950 ocorreu no Brasil uma junção da burguesia agrária e industrial, consolidando a modernização da agricultura. Percebe-se que a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) uma diminuição do volume de exportações no Brasil tanto no açúcar como nos demais produtos, e ocorrendo ainda uma diminuição do fluxo de importações. Nesse contexto inicia-se a substituição de importações e em contrapartida o desenvolvimento do parque industrial nacional financiado pelo capital estrangeiro. Para Marini (2005)

As facilidades que a América Latina encontra no exterior para recorrer à importação de capital não são acidentais. Devem-se à nova configuração que assume a economia internacional capitalista no período pós-guerra. Por volta de 1950, ela havia superado a crise que a afetara, a partir da década de 1910, e se encontrava já reorganizada sob a égide estadunidense. [...] desenvolveram-se bases industriais periféricas, que ofereciam graças a superexploração do trabalho- possibilidades atrativas de lucro. (MARINI, 2005, p.174)

Neste contexto de crise do capital, relacionada também à crise do petróleo, ocorre o restabelecimento da produção açucareira voltada para exportação e financiada pelo Estado e pelo capital Internacional. Assim, “com a escassez dos derivados do petróleo, houve uma valorização da produção do álcool, especialmente o anidro, cuja mistura á gasolina, ainda durante a Segunda Guerra passou de 5% para 20% em 1941” (SANTOS, 2009; p. 112).

Além disso, percebe-se que o desenvolvimento na agroindústria canavieira, por meios tecnológicos iniciado nos anos 50 se intensificou com PROÁLCOOL, que favoreceu o aperfeiçoamento dos equipamentos e da manutenção e assistências técnicas segundo Fischer (1987). Sendo que o Estado por meio IAA e do PROALCOOL tornou-se responsável pelo financiamento de destilarias de álcool anidro, principalmente no Estado de São Paulo, facilitando ainda importação de máquinas e equipamentos direcionados às destilarias de álcool. Nesse sentido Marini (2005) nos faz perceber que o PROALCOOL foi e é resultado dos efeitos da crise econômica mundial que obriga o grande capital nacional e estrangeiro a avançar na reorganização de formas de produção nos países, para assegurar suas taxas de lucro com uma nova divisão internacional do trabalho. Nesse contexto ocorreu a consolidação do terceiro modelo de produção agrário e agrícola, o agronegócio. Conforme Mancio & Moreira (2012):

O agronegócio, como modelo de desenvolvimento agrário e agrícola preconizado pelo Brasil e demais países da América Latina é, e muito, reforçado pela política de inserção internacional subordinada do continente no mercado mundial e pelo processo de reprimarização econômica desses países. (MANCIO; MOREIRA, 2012, p. 18).



A prevalência desse modelo na produção canavieira representou, “o aumento da produção da cana de açúcar no Brasil em (milhões t.) tendo em 2007/2008 produzido 486, está previsto que 2015/2016 passe para 829 e em 2020/2021 para 1.038 milhões de toneladas” (NEVES; CANEJERO, 2010, p. 19). Aumentando assim a área plantada, principalmente nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, áreas essas que na maioria das vezes eram dedicadas à pecuária extensiva, além disso, entre 2008 á 2012 estima-se um investimento de US\$ 23 bilhões em 76 projetos de construção de novas usinas de etanol e açúcar que se encontra em fase de implantação e mais de US\$10bilhões na produção do açúcar, conforme Neves e Canejero (2010).

Para a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (2008) o Brasil deve construir duas a três usinas por mês até 2013. Sendo que em 2008 foram construídas 336 usinas, e deverá chegar a 409 (ou 598, com projetos sob consulta em andamento) até o final da safra 2012/2013. A previsão é que, até 2025, o país tenha 615 usinas de etanol. Ou seja, trazendo a expansão da monocultura da cana de açúcar, destruição dos recursos naturais, expropriação de famílias camponesas e afetando consequentemente a produção de alimentos.

Os incentivos do Estado ao agronegócio e especificamente ao setor sucroalcooleiro ocorrem por meio de várias formas dentre elas, aprovação de legislações, incentivos fiscais, credito à juros, financiamentos. De acordo com o DIEESE (2007) só para 2012 foi previsto que o investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social (BNDES) para este setor cheguasse a US\$12 bilhões de dólares. Assim ressalta MARINI (2005; p.179) que “assiste-se em toda América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora”, financiada por recurso público que poderiam ser destinados em políticas que beneficiem amplos setores sociais são repassados para ampliar a concentração do grande capital. Ressalta Pereira Santos (2010) que:

[...] um conjunto de fatores influenciou a recente retomada da expansão canavieira no Brasil, entre os quais destaca-se: 1) o crescimento do comercio de açúcar e álcool no mercado interno e externo; 2) crise na elevação do barril de petróleo, bem como sua escassez e alto nível de poluição ( emissão de CO<sup>2</sup> na atmosfera); 3) aumento da demanda interna por álcool devido ao surgimento dos carros *flex-fluel* (biocombustíveis); 4) alterações climáticas (aquecimento global) provocadas pela intensa emissão de CO<sup>2</sup> razão pela qual o Protocolo de Kyoto exigiu a redução da emissão desse gás na países da Europa, América e Ásia. (PEREIRA SANTOS, 2010; p.15)

Percebe-se assim, que com o surgimento em 2003 do motor *Flex-fluel* e de demais fatores causados pela conjuntura internacional, direciona o fortalecimento do modelo centralizador, concentrador de terras e capitais no Brasil. Esses fatores ajudam a intensificar a nossa condição de economia dependente e causa inúmeros impactos negativos tanto para o trabalhador cortador de cana como também para a população em geral. Para Stedile (2010) a resposta do governo à crise do

petróleo atual dentre outros fatores está relacionado ao investimento estimulado pelo governo via cortes tributários, políticas anticíclicas e créditos ao complexo automobilístico-petrolífero na produção de agro-combustíveis, principalmente na produção de cana e milho para o etanol, tornando-se uma “verdadeira ofensiva do capital financeiro e das empresas transnacionais sobre a agricultura tropical do sul” (STEDILE, 2010; p.51). Esse modelo para ele além de intensificar a concentração e centralização de capitais ainda intensifica a mecanização, o uso de agrotóxico e a expropriação camponesa, agravando ainda mais a questão social e ambiental que cria e propaga.

Para Stedile (2010, p.53) “está em curso uma nova re-divisão internacional da produção e do trabalho, que condena a maior parte dos países do hemisfério sul, a serem meros exportadores de matérias primas agrícolas e minerais.” Representando além do controle do grande capital internacional sobre as tecnologias e patentes, sobre imensas áreas de terras brasileiras e sobre a produção por meio de fusões e aquisições de empresas nacionais. Assim as manufaturas que são produzidas nos países dependentes quem mantém o domínio são as transnacionais, que se instalam na América Latina, devido os lucros advindos da superexploração de seus trabalhadores, sendo transferidos os lucros produzidos nos países dependentes para as grandes corporações que são instaladas as sedes nos países centrais, como outro mecanismo direto de transferência de valor.

Outro aspecto importante de ser reafirmado na expansão da produção canavieira nesta fase atual do agronegócio de acordo com Alves (2007) é que a mecanização da produção canavieira se processou a partir da década de 60 na etapa de preparação do solo, nas atividades de transporte de mudas, abertura de valas, fechamento e adubação, passando a ser feitas por caminhões e máquinas agrícolas. Já a atividade de plantio continuou sendo manual ou semimecanizado. Já a atividade de colheita da cana de açúcar, para possibilitar um melhor entendimento do processo de mecanização o autor, decompôs em três atividades: corte, carregamento e transporte. Nestas etapas do processo de produção atividade canavieira, apenas o carregamento e o transporte se mecanizaram com a introdução de carregadeiras de cana e de caminhões de transporte. Já o plantio e a colheita permaneceram manuais até a década de 80. No entanto no caso do corte de cana de acordo com Alves (2007) o seu processo de mecanização ocorreu inicialmente devido ao aumento do poder de barganha dos trabalhadores cortadores de cana, a partir de greves na década de 80 e na década de 90 somou-se com a organização de um amplo conjunto da sociedade, na luta contra as queimadas. “Passou-se a acreditar que a luta contra a queimada seria vitoriosa e provocaria a total mecanização da colheita, além de liberar os trabalhadores daquele trabalho que encurta a vida, aleija e mata”. (ALVES, 2007;p. 23)

Mesmo com a aprovação de acordo com Alves (2007; p. 23) de “lei de regulamentação das queimadas, o trabalho manual do corte de cana não apenas permaneceu, não foi substituído por máquinas, mas se expandiu em termos de produtividade”. Isso mostra que o aumento da produtividade do trabalho dos cortadores de cana, ou seja, permanece e intensifica-se a superexploração do cortador de cana, conforme ocorre o incremento da mecanização. “Na década de 1980, a média (produtividade) exigida era de 5 a 8 toneladas de cana cortada/dia; em 1990, passa para 8 a 9; em 2000 para 10 e em 2004 para 12 a 15 toneladas”, conforme dados de (SILVA, 2011; p.21).

Esse aumento de produtividade do trabalho é acompanhado pela retomada da produção canavieira de sua expressividade na pauta exportação brasileira. De acordo com a ÚNICA (2008) 70% do açúcar produzido no Brasil é exportado para mais de 100 países, sendo na atualidade o Brasil o maior exportador de açúcar do mundo é responsável por 45% da produção do etanol em nível mundial de acordo com a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2011). Conforme os dados do DIEESE (2007) no ano de 2010 a exportação de açúcar em milhões de toneladas é de 18,1, já para 2015 a previsão é de 20,5, já a produção do etanol a exportações em bilhões de litros, a previsão era de 4,3 em 2010 em 2015 a previsão é de 6,9. Esses dados deixam clara a atualidade em explicar a realidade brasileira a partir da teoria marxista da dependência, por entender-se que há uma prevalência das trocas desiguais nas relações internacionais nas quais o setor está inserido, com perdas para o país que são parcialmente compensadas por meio da superexploração do trabalho. Esse fenômeno da superexploração no setor sucroalcooleiro é evidenciado pelos dados do DIESSE (2007) onde mostra que no corte de cana:

[...] há um aumento da formalização do emprego, maior em São Paulo, que chega a quase 90%, o que não significa boas condições de emprego. Isso porque, o preço da cana paga ao trabalhador é em média R\$2,50 por tonelada, e um trabalhador chega a cortar cerca de 15 ton/dia. A produtividade, no corte da cana, cresceu 236,8% enquanto o salário caiu 5,5%. Em 2006, segundo dados do MTE, 450 trabalhadores morreram na atividade canavieira. (DIEESE, Relatório de prestação de contas do Encontro Nacional do Setor Sucroalcooleiro, 2007, p.04).

De acordo com Silva (2010) e com o DIEESE (2007) há no setor canavieiro a prevalência da utilização da mão de obra migrante temporária de regiões empobrecidas que facilita a maior exploração do trabalhador. Percebe-se assim que, esses fatores favorecem o esgotamento prematuro do trabalhador, já que conforme Silva (2005) com o aumento de produtividade dos cortadores de cana, o tempo útil desses trabalhadores é menor que a dos escravos africanos do século XIX.

Desta forma, o Brasil nesse processo de reprimarização da economia retoma o espaço que ocupava no período colonial como maior exportador de açúcar do mundo, ampliando sua produção

principalmente pelos incentivos à produção de etanol. Expande, assim, a produção de cana para novas áreas do país sustentada pela superexploração do trabalho, principalmente dos cortadores de cana. Sendo importante observar que por mais que o setor vem aumentando a composição orgânica do capital com o avanço das forças produtivas, no Brasil diferentemente dos países centrais como foi explicitado acima, o que vem ocorrendo não é a mudança da exploração do trabalho da mais valia absoluta para a relativa, mas um aprofundamento do processo de superexploração do trabalho e da condição de dependência, favorecido pela consolidação do novo modelo desenvolvimento agrário e agrícola adotado pelo país caracterizado pelo “agronegócio”.

Para Stedile (2010):

Esse modelo de produção que busca a produção de dólares e *commodities* e não de alimentos, passa a dominar e utilizar cada vez mais terras férteis para produção também de agro-combustíveis para “alimentar” os tanques dos automóveis do transporte individual, e a plantação industrial de árvores homogêneas para celulose (destinada a embalagens da indústria) e energia na forma de carvão vegetal. (STEDILE, 2010; p.54)

E aqui está à questão das duas esferas de consumo interna que estão também desconectadas a de consumo dos trabalhadores e a outra de consumo dos capitalistas e, portanto, abre-se o espaço para a superexploração, já que elas exibem independência entre si, quem produz e garante a oferta de bicomcombustíveis interno não é quem irá garantir a demanda interna, conforme Marini (2005). Para Carcanholo (2005) a superexploração não coloca impedimento à acumulação interna do capital com a restrição do consumo da força de trabalho, porque a acumulação interna é dependente do mercado externo e/ou voltada às camadas média e alta da população brasileira.

Desta forma, o consumo da força de trabalho é afetado pelo aumento dos preços dos alimentos, já que as áreas que seriam direcionadas para o cultivo do mesmo, são destinadas principalmente para o monocultivo de soja e cana, voltado à exportação, ou para a produção de bicomcombustível para concentrar lucros no ramo automobilístico, para os postos de combustíveis, o agronegócio canavieiro e ao barateamento do consumo interno das classes alta e média adquirindo ou trocando seu automóvel movido à gasolina para *flex fuel*. Assim a energia verde do etanol em combate ao “aquecimento global” carrega principalmente as contradições advindas da dominação do capital internacional sobre o trabalho e a perpetuação do subdesenvolvimento e dos próprios condicionantes do aquecimento global.

Para Martins (2008) a produção canavieira, a partir dela do etanol como energia verde tem por traz o receituário imposto aos países dependentes tendo como principais características:

[...] a abertura indiscriminada ao capital estrangeiro para a aquisição de terras e usinas, concentração e centralização das usinas e das plantações, privatização do saber tecnológico, superexploração dos trabalhadores assalariados e o Estado como base para a expansão desse setor do capitalismo oligopolista (MARTINS, 2008; p.06).

Reafirma-se com isso que a agricultura brasileira tem se configurado e adotado a política do Agronegócio, baseada no modelo de exploração e dominação pelo capital estrangeiro. Nesse sentido de acordo com Silva (2008), das 500 empresas do agronegócio apenas 394 são brasileiras, sendo que as de maiores influência são estrangeiras. O agronegócio no setor canavieiro é caracterizado por fatores que marcaram o período colonial e a expansão e concentração de terras e de capitais, nas mãos das transnacionais e oligarquias. Sendo este período caracterizado pelo agravamento da questão agrária, podendo ser percebido ainda, os impactos do agronegócio sobre a soberania alimentar e nacional. Marini (2005) pontua que:

[...] a industrialização latino americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estrutura em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados. (MARINI, 2005, p.170)

Nesse sentido, correlacionado à produção canavieira brasileira com a subordinação inicialmente da metrópole e aos interesses do mercado mundial resultou na implantação dos engenhos, na utilização da mão de obra escrava, a produção da monocultura, posteriormente no surgimento dos engenhos centrais, das usinas, nas condições de superexploração dos cortadores de cana e na atualidade com o domínio agronegócio, perpetua-se a subordinação do Brasil aos interesses do capital internacional e a dependência econômica, política, social e cultural.

## **5. Principais Conclusões**

Portanto do engenho ao agronegócio, a teoria da dependência permanece atual e necessária para compreendermos a lógica da acumulação do capital internacional, o qual direciona as prioridades no desenvolvimento capitalista dos países do sul. Desenvolvimento este impossível de ocorrer, já que nossa condição de subdesenvolvidos é o que sustenta historicamente a posição dos países centrais como desenvolvidos. Assim, a resposta da periferia em busca do sonho do desenvolvimento historicamente tem sido baseada rigorosamente na superexploração de seus trabalhadores.

Desta forma, o agronegócio da cana de açúcar, por meio do PROALCOOL, tem que ser compreendido desde o início como a realização de um programa de legalização e incentivos do Estado em favor da dominação do grande capital via esta indústria. Possibilitando refletir, neste

sentido, que a energia limpa do etanol que é a principal meta atual do governo não está somente “carregada de impurezas, provenientes do i-mundo dos trabalhadores no eito dos canaviais,” (SILVA; 2009 p.08). Mas também carregada da condição latino americana de dependência que compromete a autonomia da nação, sua soberania alimentar e nutricional em benefício dos interesses das empresas transnacionais dos países centrais. Aprofundar este modelo com a legitimidade do Estado representa caminho inverso ao que poderia ser uma forma de romper com essa lógica perversa de superexploração, de submissão do trabalho ao capital e de supressão das relações de dominação presentes no plano internacional e nacional.

## 6. Referências

BENJAMIN, César. **O Brasil é um sonho (que realizaremos)**. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto Ed. Ltda. 2002.

BORGES, Fragmon Carlos. Origens históricas da propriedade da terra-1958. In; STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: 1500 – 1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

CONAB. 2008. Acompanhamento da safra brasileira: cana de açúcar safra 2007/2008. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3lev-cana.pdf> Acessado em: 21/06/2012

CONAB. Acompanhamento da safra brasileira: cana de açúcar safra 2012/2013. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12\\_04\\_10\\_09\\_19\\_04\\_boletim\\_de\\_cana.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_10_09_19_04_boletim_de_cana.pdf) acessado em: 21/06/2012.

DIEESE. Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores. Relatório de prestação de contas do Encontro Nacional do Setor Sucroalcooleiro, 2007. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/projetos/BNDES/relatorioEncontroSucroalcooleiro.pdf> Acessado em: 12/07/2012

DIEESE. Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores. Estudos e pesquisa. Ano 3-nº 3-2007. Disponível em: [http://WWW.dieese.org.br/esp/estpesq30\\_setorSucroalcooleiro.pdf](http://WWW.dieese.org.br/esp/estpesq30_setorSucroalcooleiro.pdf) acessado em: 11/05/2012

FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 1973.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L & PM, 2010. 400p.

DELGADO, Guilherme. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. In: RAMALHO, J.P./ ARROCHELLAS, M.H. (org.) **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez;; Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade - CAALL, 2004.

FISCHER, A. L.; FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. O trabalho na agroindústria canavieira: um processo em mudança. In: **Processo e relações de trabalho no Brasil**. Ed. 2. São Paulo: Editora Altas S.A., 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2006.

MANCIO, D. ; MOREIRA, R. C. . A dependência latino-americana e a reprimarização do continente. In: **XVII Encontro Nacional de Economia Política**, 2012, Rio de Janeiro. Desenvolvimento e meio ambiente: a crítica da economia política, 2012. V. 1. P. 1-25.

MARINI, R. M. / Roberta Traspadini, João Pedro Stédile (orgs). **Ruy Mauro Marini Vida e Obra**. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304 p.

MARTINS, H.. A ameaça a soberania nacional pela expansão do complexo agroquímico a partir da cana e açúcar e do etanol. Reflexões apresentadas no Seminário Internacional: Agrocombustíveis como obstáculo à construção da soberania alimentar e energética. São Paulo, 17 a 19 de novembro de 2008. In: **Coletânea de textos para o curso de teoria latino americana**. UFJF. 2010.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política – O processo de produção do Capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro primeiro, v. 2, . São Paulo. Ed. Nova Cultural.1996.

NAKATANI, P.; VARGAS, N. C.; FALEIROS, R. N. . OCCUPY, RESIST AND PRODUCE The struggle of the Landless Rural Workers in Brazil. 2011. (**Relatório de pesquisa**).

NEVES, Marcos Fava, CONEJERO, Marcos Antônio. **Estratégias para a cana no Brasil**: um negócio classe mundial. 1.ed.- São Paulo:Altas,2010.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA SANTOS. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho**: reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho – SP. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS E COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Os impactos da produção de cana no cerrado e Amazônia. (2008) Disponível em: <http://www.social.org.br/cartilhaimpactoscana.pdf> Consulta em 27/07/2012

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS E COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Monopólio da produção de etanol no Brasil a fusão da COSAN e da SHELL. (2011) Disponível em <http://www.social.org.br/revistacosanshel.pdf> Consulta em 27/06/2012

SANT'ANA, Raquel Santos; SANT'ANA, Antonio Lázaro. O Serviço Social e a Questão Agrária. In: **Revista Serviço Social e Realidade**. Franca. v.14, n.2, 2005, p. 111-125.

SANTOS, Ana Patrícia de Jesus; RAMALHO, Claudilene da Costa; GOMES, Lany. **A naturalização da precarização do trabalho no contexto neoliberal**: um estudo exploratório da migração temporária dos cortadores de cana no município de Novo Cruzeiro. Teófilo Otoni, 2009. Monografia. Departamento de Serviço Social das Faculdades Unificadas Doctum.

SANTOS, Joelma Cristina dos. **Dos canaviais á “etnolatria”**: o (re) ordenamenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. Uberlândia, 2009. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, M. A. M.. et al. **Do karoshi no Japão, à birôla no Brasil**: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projeto de Reforma Agrária) n. 8, 2006. Revista eletrônica do PPG/Geografia e dep. de Geografia da Unesp/PP.

SILVA, M. A. M.. A barbárie do i-mundo eito dos canaviais paulista. In: Serviço da pastoral dos migrantes/ Setor de temporários rurais. **Vozes do eito**. Org. irmã Inês Facioli. Guariba: eco das letras, 2009.

SILVA, M. A. M. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. São Paulo. **Revista perspectiva**, v. 39; p. 11-46, 2011.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: 1500 – 1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

STEDILE, João Pedro. Reflexões sobre as tendências do capital na agricultura e os desafios do Movimento Camponês da América Latina. In: **Coletânea de textos para o curso de teoria latino americana**. UFJF. 2010.